

## Projeto de Lei nº 5.387, de 2019

Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

### EMENDA

**Suprimam-se** os incisos **VIII** e **IX** do **art. 5** do PL nº 5.387/2019 na versão do parecer preliminar do Dep.Otto Alencar Filho.

### JUSTIFICAÇÃO

Os dois dispositivos que a presente emenda propõe suprimir permitem que o Banco Central autorize contas em reais para não residentes e, mais crítico ainda, que brasileiros possuam contas em moeda estrangeira no país. Com isso, flutuações nas taxas de câmbio levariam a variações no valor das dívidas fixadas em dólar detidas por pessoas e empresas que recebem em reais, elevando o risco de inadimplência e falência e de instabilidade no sistema financeiro e, com isso, de que perdas venham a ser socializadas entre a população em caso de que seja necessária a intervenção do governo para evitar uma quebra generalizada e/ou uma crise financeira sistêmica. Hoje, a abertura de conta em moeda estrangeira é permitida pela lei apenas em situações muito específicas no Brasil, e é muito rara em outros países. Para evitar que isso mude e aumente a volatilidade do câmbio no país e a vulnerabilidade externa da economia brasileira, solicito apoio para sua aprovação.

Sala das sessões,

Dep. ENIO VERRI



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Enio Verri)**

Altera o PL 5.387/2019.

Assinaram eletronicamente o documento CD206442647700, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 2 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB      \*-(p\_7204)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

Apresentação: 17/12/2020 09:01 - PLEN  
EMP 1 => PL 5387/2019

**EMP n.1/0**

Documento eletrônico assinado por Enio Verri (PT/PR), através do ponto SDR\_56449, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.